



Ministério de Minas e Energia
Consultoria Jurídica

PORTARIA Nº 467, DE 1º DE AGOSTO DE 2011.

Autoriza, *sub judice*, a empresa Gestamp Eolicatec Sobradinho S.A. a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada EOL Pedra do Reino III, localizada no Município de Sobradinho, Estado da Bahia, e dá outras providências.

O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, tendo em vista o disposto nos arts. 60 e 63 do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, nos termos do Edital do Leilão nº 05/2010-ANEEL, e o que consta do Processo nº 48500.005417/2010-34, resolve:

Art. 1º Autorizar, *sub judice*, a empresa Gestamp Eolicatec Sobradinho S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.684.715/0001-90, com sede na Rua do Bom Jesus, nº 183, sala 101-A, Bairro do Recife Antigo, Município do Recife, Estado de Pernambuco, a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada EOL Pedra do Reino III, constituída de seis Unidades Geradoras de 3.000 kW, totalizando 18.000 kW de capacidade instalada e 6.800 kW médios de garantia física de energia, localizada às coordenadas 9º29'54,9" S e 40º52'43,3" W, no Município de Sobradinho, Estado da Bahia.

Parágrafo único. A energia elétrica produzida pela autorizada destina-se à comercialização na modalidade de Produção Independente de Energia Elétrica, conforme estabelecido nos arts. 12, 15 e 16 da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995.

Art. 2º Deverá a autorizada implantar, por sua exclusiva responsabilidade e ônus, o Sistema de Transmissão de interesse restrito da EOL Pedra do Reino III, constituído de uma Subestação Elevadora 34,5/69 kV, junto à Usina, e uma Linha de Transmissão em 69 kV, com cerca de trinta e cinco quilômetros de extensão, em circuito simples, interligando a Subestação Elevadora ao Barramento de 69 kV da Subestação Salitre I, de propriedade da Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia - COELBA, em consonância com as normas e regulamentos aplicáveis.

Art. 3º Constituem obrigações da autorizada:

I - cumprir o disposto na Resolução Normativa ANEEL nº 389, de 15 de dezembro de 2009;

II - implantar a Central Geradora Eólica conforme cronograma apresentado à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, obedecendo aos marcos descritos a seguir:

a) obtenção da Licença de Instalação: até 30 de setembro de 2011;

b) início da Montagem do Canteiro de Obras: até 1º de novembro de 2011;

c) início das Obras Civas das Estruturas: até 10 de dezembro de 2011;

d) início das Obras do Sistema de Transmissão de interesse restrito: até 1º de fevereiro de 2012;

e) início da Concretagem das Bases das Unidades Geradoras: até 10 de março de 2012;

f) início da Montagem das Torres das Unidades Geradoras: até 15 de junho de 2012;

- g) início da Operação em Teste da 1ª e 2ª Unidades Geradoras: até 1º de novembro de 2012;
- h) início da Operação em Teste da 3ª e 4ª Unidades Geradoras: até 15 de novembro de 2012;
- i) início da Operação em Teste da 5ª e 6ª Unidades Geradoras: até 30 de novembro de 2012;
- j) início da Operação Comercial da 1ª e 2ª Unidades Geradoras: até 7 de dezembro de 2012;
- k) início da Operação Comercial da 3ª e 4ª Unidades Geradoras: até 14 de dezembro de 2012; e
- l) início da Operação Comercial da 5ª e 6ª Unidade Geradora: até 21 de dezembro de 2012;

III - manter, nos termos do Edital do Leilão nº 05/2010, a Garantia de Fiel Cumprimento das Obrigações assumidas nesta Portaria, no valor de R\$ 3.466.000,00 (três milhões, quatrocentos e sessenta e seis mil reais), que vigorará até três meses após o início da operação da última Unidade Geradora da EOL Pedra do Reino III;

IV - submeter-se aos Procedimentos de Rede do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS;

V - aderir à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE;

VI - firmar Contrato de Energia de Reserva - CER, nos termos do Edital, por um prazo de vinte anos; e

VII - encaminhar à ANEEL, ao término da construção ou quando solicitado, informações relativas aos custos com a implantação do Empreendimento, na forma e periodicidade a serem definidas em regulamento próprio.

Parágrafo único. Pelo descumprimento das obrigações decorrentes da legislação de regência de produção e comercialização de energia elétrica e do disposto nesta Portaria, a autorizada ficará sujeita às penalidades estabelecidas nas normas legais vigentes.

Art. 4º Estabelecer em cinquenta por cento, nos termos do art. 26, § 1º da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 2006, o percentual de redução a ser aplicado às tarifas de uso dos Sistemas Elétricos de Transmissão e de Distribuição, para o transporte da energia elétrica gerada e comercializada pela EOL Pedra do Reino III, enquanto a potência injetada nos Sistemas de Transmissão ou Distribuição for menor ou igual a 30.000 kW, nos termos da legislação e das regras de comercialização vigentes.

Art. 5º A presente autorização vigorará pelo prazo de trinta e cinco anos, contado a partir da publicação desta Portaria.

Parágrafo único. A revogação da autorização não acarretará ao Poder Concedente, em nenhuma hipótese, qualquer responsabilidade quanto a encargos, ônus, obrigações ou compromissos assumidos pela autorizada com relação a terceiros, inclusive aquelas relativas aos seus empregados.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDISON LOBÃO

Este texto não substitui o publicado no DOU de 3.8.2011.